

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO DIA 10/01/23

A reunião inicia as 11 horas e 36 minutos com 15 conselheiros presentes e com a comunicação do afastamento temporário de Leslie Marion Menezes e Sadiana Pompermaier Cecatto. Grace Burchardt, presidente do Conselho, pontua que no mês passado também houve dois pedidos de afastamento da instituição. Segue com a solicitação de troca de categoria de membro Associado para membro Efetivo, de Monica Poglia Leal, para ser votada em próxima reunião. Segue a retificação da votação de Angela Cauduro de Castro, pois, por um equívoco da secretaria, a votação realizada em reunião anterior de Conselho foi de troca de membro Efetivo para Pleno, tendo sido a colega eleita para Pleno. Porém Angela é membro Associado e solicitava troca para membro Efetivo. Os conselheiros presentes acordam com a retificação, sem a necessidade de nova votação, passando a colega a categoria de membro Efetivo. Seguindo a pauta, Grace B reitera o resultado das eleições para Diretoria e Presidente do Conselho para o biênio 2023/2025, ocorrido em dezembro e amplamente divulgado, tendo como vencedores respectivamente Loes Meller e sua chapa e Cristiane Paixão. Leonardo Francischelli pede a palavra, antes da continuidade da pauta, para encaminhar uma questão e solicitação, se o CEP irá se manifestar diante do ocorrido no país, no domingo, 08/01, a invasão das sedes da República, diz ainda que cepianos o procuraram para que o CEP se manifeste. Grace B. menciona que recebeu essa mesma demanda de manifestação da parte de um colega, membro associado Fernando Basso, representando demais membros e abre para o Conselho, perguntando se os conselheiros querem discutir essa questão. Sueli Santos diz que a exemplo do que aconteceu em outros momentos, nesse momento traumático acha importante que a sociedade se manifeste. Argumenta que não há justificativa para a destruição por não conformidade com o processo eleitoral. É razoável que tenhamos uma nota de repúdio. Gustavo Soares diz que a observação de Leonardo F. é oportuna e que a partir do Movimento Articulação temos essa posição, assim como outras instituições. Leonardo Francischelli pede para Rodrigo B. ler a nota recebida da Audepp, sociedade uruguaia integrante da Flappsip. Rodrigo lê a nota de repúdio enviada a todas as entidades membros da Flappsip. Maria Liane Porn Dutra manifesta seu apoio e reforça achar necessário esse posicionamento do CEP. Coloca a questão do tempo para que as notas saiam e interroga por que a Diretoria não pode fazê-lo? Por que deve a Diretoria esperar os demais, o Conselho? Ana Paula Terra Machado está de acordo com relação ao timing, lembrando que a sociedade Portuguesa de Psicanálise se manifestou antes das sociedades Brasileiras. Luciana Firpo questiona quem assina a nota e esse tipo de comunicação. A Presidente do Conselho lembra que no CEP esse tipo de manifestação passa pela discussão em Conselho, que quando o CEP se manifestou publicamente na gestão de Giovana Borges como Presidente e Leonardo Francischelli no Conselho, houve discussão e votação em Conselho. Propõe então que hoje votemos se o CEP se manifestará, ficando para ocasião oportuna a discussão de como proceder futuramente. A votação é aberta e por aclamação fica decidido que o CEP fará a nota pública de repúdio. Os conselheiros Maria Liane P., Rodrigo B. e Luciana F. ficam responsáveis pela escrita. Grace B. segue a pauta, propondo ao Conselho pensar sobre a antecipação da posse da nova gestão (Diretoria e Conselho) para março. Argumenta que considera oportuna a antecipação em função da urgência de convocação de Assembleia para definir os destinos da sede própria e que uma vez tendo ganho as eleições, como presidente, o representante da comissão de obras, ninguém melhor para a condução do processo. Pontua que o Dr. Boeira foi consultado a respeito dessa antecipação e concluiu que nosso Estatuto é omissivo no que tange a data da posse. Há, em nosso Estatuto, apenas o tempo de duração de dois anos para os mandatos. Como a Diretoria atual e a Presidência de Conselho assumiram em junho de 2021, em função da renúncia do Presidente anterior, igualmente em abril, data

tradicionalmente utilizada para a posse, não se cumpririam os dois anos de mandato, sendo eventualmente oportuna a antecipação da posse. Leonardo Francischelli pede a palavra e pontua que a Diretoria está quebrando a cabeça com datas para dar conta de todos os fazeres de março. Há horas de trabalho dedicado para março e essa proposta vai um pouco na contramão. Lores Meller diz que um dos argumentos de Grace é a casa própria e isso pode dar a impressão de que o problema da casa própria é um problema da próxima Diretoria. Diz que pode parecer isso e que a casa é um problema de todos. Afirma que a Assembleia não precisa ser feita em março. Precisamos detalhar mais. Março ou não é secundário, o principal é a conscientização de que temos um problema. Gustavo Soares primeiramente volta a pauta anterior e cumprimenta Lores e Cristiane desejando sucesso. Em relação a antecipação da posse diz que pensaria mais como o Lores menciona, mais no sentido de uma transição composta pelas duas Diretorias para que se possa pensar e encaminhar. Ana Paula Terra Machado interroga acerca dos afazeres de março, quais são, porém concorda com Gustavo, no sentido da necessidade de transição. Complementa que devemos honrar a tradição, mas podemos também mudar as tradições. O que é fundamental é que se inicie esse trabalho de transição. Sueli Santos propõe que as reuniões sejam presenciais, porque atrapalha a dinâmica. Diz não ter ouvido direito, uma vez que está on-line, mas acha importante a transição, pois é um cuidado para quem vai começar. Lea Thormann refere sua sensação de estranhamento quando falamos o óbvio, sendo uma tradição fazermos a transição desde janeiro. Isso que se apresenta como novidade tem relação com a crise institucional. Tivemos essa situação abrupta de rompimento sem transição, sequenciada por outra crise. Para o CEP é importante retomarmos a tradição nesse momento de cisão. Considera que seria elegante acatar a proposta da Presidente do Conselho como uma forma de romper com essas cisões. Leonardo Francischelli pensa que a palavra transição é a palavra que cabe. Pensa que se deveria se manter a tradição. É importante trabalharmos no Estatuto a composição a respeito do processo eleitoral. Pensa que devemos colocar toda ênfase na transição e mantermos a tradição. Lores Meller pontua a questão de não haver reunião em fevereiro e por isso acaba que a transição é feita em março, em função das férias em fevereiro. Maria Liane refere que não lhe passa pela cabeça fazer essa passagem sem uma transição. Quanto a antecipação tem o sentimento e a impressão de que bate como: saiam logo. Maria de Lourdes Foster começa parabenizando a nova Diretoria e fala que a proposta da presidente do Conselho está de acordo com a urgência em relação as questões da casa própria. Há fatos concretos. Agora temos dados com o resultado da consultoria e precisamos encaminhar. Tinham tanta pressa antes e agora parece que há uma certa tranquilidade. A grande questão da transição é decidir coisas que são concretas. Leonardo F. responde a Maria que é óbvio que este é um tema predominante da transição. Pergunta a Grace B. se ela colocará a antecipação em votação. Grace B. responde que não, que de acordo com a discussão, ela escuta que a maioria dos que se manifestaram não estão propensos a antecipação da posse, mantendo-se então, se todos estão de acordo, o mês de abril para a posse. Ressalta, entretanto, que a proposta de antecipação visava a facilitar o trabalho da nova gestão relativo a sede própria, uma vez que o trabalho da consultoria foi concluído e urge encaminhamento. Lores Meller pontua que ficou colocado que na Assembleia iríamos votar para continuar a obra ou não, mas os dados sobre a rescisão do contrato e do quanto vamos gastar para declinar desse projeto não estão claros. Esses dados precisam ser atualizados. Afirma não querer que fique como se fosse a Diretoria que postergou. Gustavo Soares fala que a questão da consultoria foi da ordem da viabilidade. Lores Meller diz que a questão é, vamos ter condições de continuar ou não. Não temos todos os dados. Leonardo Francischelli diz que agora está chegando uma conta de 50 mil reais de rescisão de um contrato. Lea Thormann aponta que a consultoria orientou o CEP no sentido de que a Diretoria precisaria e poderia alimentar os dados do fluxo de caixa feito

por ela e apresentado. Lores Meller afirma que nunca foi consultado pela consultoria. Maria de Lourdes Foster lembra que havia sido verbalizado que não havia surpresa em relação aos dados da consultoria. No entanto, agora, surge esta questão de que são necessário dados mais claros. Grace B. solicita que Lores encaminhe o valor dos distratos. Lores Meller responde que não cabe à ele, pois todos os dados trazidos por ele foram colocados em questão. Grace B esclarece que a Diretoria exigiu entendendo ser uma prerrogativa do executivo conduzir os trabalhos da consultoria, de coleta de dados, solicita então a Diretoria que faça contato com a consultoria para encaminhamento dessas pendencias. Leonardo Francischelli diz que não receberam da construtora ainda os valores dos distratos, que devem ser verificados também pelos advogados. Como último assunto da reunião Grace B. participa ao Conselho a resposta a consulta feita ao advogado sobre a implantação do projeto ações afirmativas, o dr. Boeira considera que não há necessidade de alteração estatutária para a sua implantação, apenas alteração no regimento da escola, que deve também passar por aprovação do Conselho. A reunião é encerrada as 13 horas.